



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Federal **Paulo Alexandre Barbosa** -

Apresentação: 28/08/2023 15:31:33.717 - CPD
PRL 1 CPD => PL 969/2021

PRL n.1

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

PROJETO DE LEI Nº 969, DE 2021

Apensado: PL nº 3.985/2021

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para determinar que instituições de ensino, públicas e privadas, disponibilizem tradução em código braile em suas aplicações de internet.

Autora: Deputada EDNA HENRIQUE

Relator: Deputado PAULO ALEXANDRE BARBOSA

I - RELATÓRIO

O PL nº 969, de 2021, altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB), para determinar que instituições de ensino, públicas e privadas, disponibilizem tradução em código braile em suas aplicações de internet.

Ao projeto original foi apensado o PL nº 3.985/2021, de autoria do Deputado Alexandre Frota, que “Institui o Programa de Atendimento ao Deficiente Visual a ser criado pelo Ministério da Educação”.

A matéria está sujeita à apreciação conclusiva pelas comissões, em regime de tramitação ordinário. Foi distribuída às Comissões de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência e de Educação, para análise de mérito, e



* C D 2 3 6 3 5 1 6 5 3 3 0 0 *

à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, para verificação de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

Ao fim do prazo regimental, não foram apresentadas emendas ao projeto, nesta Comissão.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

O PL nº 969, de 2021, altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB), para determinar que “instituições de ensino, públicas e privadas, disponibilizem tradução em código braile em suas aplicações de internet”.

Ao projeto original foi apensado o PL nº 3.985/2021, que institui programa com o objetivo de garantir ao aluno com deficiência visual o acesso à alfabetização e ao letramento, por meio do Sistema Braille.

O Braille é uma importante forma de inclusão das pessoas com deficiência visual; essencial para a alfabetização, a autonomia no cotidiano, a independência na leitura e na escrita e, ainda, como opção para aqueles que preferem a leitura de livros em papel à de livros virtuais.

O Estado brasileiro reconhece essa importância de diversas formas, a exemplo da Lei nº 12.266, de 2010, que institui o Dia Nacional do Sistema Braille, em 8 de abril, e determina que entidades públicas e privadas incentivem a produção de textos em Braille e promovam a capacitação de profissionais para atuarem na educação, habilitação e reabilitação da pessoa cega, bem como na editoração de textos em Braille.

Destaca-se, ainda, a Lei nº 10.753, de 30 de outubro de 2003, que “Institui a Política Nacional do Livro”. Entre suas diretrizes, fixada no inciso XII do art. 1º, está “assegurar às pessoas com deficiência visual o acesso à leitura”. O parágrafo único do art. 7º do mesmo documento legal determina que o Poder Executivo deve “implementar programas anuais para manutenção e



atualização do acervo das bibliotecas públicas, universitárias e escolares, incluídas obras em Sistema Braille”.

Já a Lei nº 13.146, de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI – Estatuto da Pessoa com Deficiência), determina que o poder público deve adotar mecanismos de incentivo à produção, à edição, à difusão, à distribuição e à comercialização de livros em formatos acessíveis, inclusive em publicações da administração pública ou financiadas com recursos públicos, com vistas a garantir à pessoa com deficiência o direito de acesso à leitura, à informação e à comunicação (art. 68).

Em relação ao direito à educação, a LBI estabelece a obrigação do poder público de assegurar oferta de ensino da Libras, do Sistema Braille e de uso de recursos de tecnologia assistiva, de forma a ampliar habilidades funcionais dos estudantes, promovendo sua autonomia e participação (art. 28, XII).

O PL nº 969, de 2021, inova ao se preocupar com a acessibilidade de conteúdos disponibilizados na internet. Cada vez mais, as instituições de ensino têm utilizado a internet no processo pedagógico. Nesse contexto, é essencial garantir aos alunos com deficiência visual o acesso a esses conteúdos.

O PL nº 3.985, de 2021, apensado, visa a garantir ao aluno com deficiência visual o acesso à alfabetização e ao letramento. Entre suas finalidades, elenca a informatização e o uso de recursos de tecnologias assistivas, de forma a ampliar habilidades funcionais dos estudantes, promovendo sua autonomia e integração.

Entendemos que ambas as propostas são meritórias, mas demandam aperfeiçoamentos. Cumpre ressaltar que o Sistema Braille é apenas um entre os formatos acessíveis de leitura atualmente existentes – e a constante evolução tecnológica tende a apresentar sempre novas opções. Por tal motivo, em toda a legislação vigente sobre o tema, fala-se em garantir a acessibilidade por meio não apenas do Braille, como de diferentes tecnologias assistivas.



A acessibilidade de aplicações na internet pode se dar, por exemplo, com a utilização de softwares leitores de telas, que convertem o conteúdo escrito em voz. Considerando que se trata de um tipo de conteúdo que está sujeito a alterações frequentes, a tradução para o Braille parece ser uma opção pouco adequada e de difícil execução.

Assim, optamos por elaborar substitutivo em que se prevê que as instituições de ensino devem garantir a acessibilidade de todo o conteúdo público disponível em suas aplicações de internet, sem, no entanto, determinar qual tecnologia assistiva deve ser utilizada para tanto.

Diante do exposto, nosso voto é pela aprovação do PL nº 969, de 2021, e do PL nº 3.985, de 2021, na forma do substitutivo em anexo.

Sala da Comissão, em de de 2023.

Deputado **PAULO ALEXANDRE BARBOSA**
Relator





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Federal **Paulo Alexandre Barbosa** -

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 969, DE 2021

Apensado: PL nº 3.985/2021

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para determinar que as instituições de ensino, públicas e privadas, deverão garantir a acessibilidade de todo o conteúdo público disponível em suas aplicações de internet.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O artigo 59 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, fica acrescido do seguinte parágrafo único:

“Art. 59

Parágrafo único. As instituições de ensino, públicas e privadas, deverão garantir a acessibilidade de todo o conteúdo público disponível em suas aplicações de internet.” (NR)

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em de de 2023.

Deputado **PAULO ALEXANDRE BARBOSA**
Relator

